

## ATA SEI



### **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE** **CMSB - CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

A Presidência do CMSB - Conselho Municipal de Saneamento Básico, faz saber: O CMSB constitui colegiado autônomo, de caráter deliberativo na gestão do Fundo Municipal de Saneamento Básico e consultivo nas demais hipóteses da Política Municipal de Saneamento Básico de Joinville ([Lei Complementar 396, de 19 de dezembro de 2013](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Resolução CMSB 01/2018](#), [Resolução CMSB 01/2020](#)) e suas atualizações.

#### **Ata da Reunião Extraordinária do do CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, realizada em 23/07/2024.**

No vigésimo terceiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, reuniu-se o CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, em sessão plenária presencial, realizada no Auditório da SAMA, na Rua Dr. João Colin, 2.719, bairro Santo Antônio, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do CMSB, mandato de 01/02/2024 à 31/01/2026, conforme [Decreto 58.204, de 15 de janeiro de 2024](#), e suas atualizações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico; Luisa Helena Jordan, do OSB; Marcele Figueiredo Andrade de Lucca, da SAP; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; Amanda Carolina Reimer, da SEGOV; Cesar Renholt Meyer, da CAJ; Karoline Pignat Cappelari, da AMBIENTAL; Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA; Emerson Siqueira, do SINDUSCON; Daniel Kandler Signori, da AJECI ; Thiago Alberto Amorim, da AJECI; Josué Refatti, da SEPUR e, José Mario Gomes Ribeiro, do CHBB. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujos nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Willian Jucelio Goetten, da ARIS; Lucas Araújo de Freitas, da ARIS; Adir Faccio, da ARIS; Rafael Meira Salvador, da MPB/ENGEVIX; Pablo R. Lima, da MPB/ENGEVIX; da SAMA Secretaria de Meio Ambiente: José Augusto de Souza Neto, Luiz Carlos da Silva Seixas, Josimar Neumann, Jorge Luis de Araújo Campos, Eliane Silva, e, Silvia Benthien. Na Sessão Plenária foram desenvolvidos os seguintes temas pautados na convocatória: **1) Aprovação Ata Reunião realizada em 08/05/2024 ; 1.1) Aprovação da Ata Reunião realizada em 05/06/2024; 2) PMSB Plano Municipal Saneamento Básico (Finalizações); 3) Sugestão de Pauta e Palavra Livre: Câmara Técnica Especial - Áreas de Interesse Especial para Proteção de Mananciais. Pauta 1) Aprovação da Ata Reunião realizada em 08/05/2024:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação a Ata da Reunião Plenária do dia 08/05/2024, sendo então aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. **Pauta 1.1) Aprovação da**

**Ata Reunião realizada em 05/06/2024:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação a Ata da Reunião Plenária do dia 05/06/2024, sendo então aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. **Pauta 2) PMSB Plano Municipal de Saneamento Básico (Finalizações):** O Presidente Fábio Jovita cede a palavra à Conselheira Marcele Figueiredo Andrade de Lucca, da SAP Secretaria de Administração e Planejamento que agradece pela oportunidade, cumprimenta a todos, e inicia sua fala mencionando a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, que vem sendo apresentada nas reuniões anteriores do CMSB e hoje será apresentado um resumo consolidado pelo consórcio de empresas Nova Engevix -MBP, para análise conclusiva e opinativa do Conselho Municipal de Saneamento Básico, sendo que ainda haverá uma Audiência Pública para finalizar o Plano e disponibilizá-lo para a SAMA, que é a gestora do saneamento. A SAP foi a gestora do contrato que está revisando o Plano. Marcele cede a palavra aos Srs. Pablo Lima e Rafael Meira Salvador, representantes do Consórcio Nova Engevix MPB que irão conduzir a apresentação do Plano. O Engenheiro Pablo Lima agradece pela oportunidade, cumprimenta a todos e expõe sua satisfação de participar da elaboração e revisão desse Plano ao longo de 23 meses de trabalho, juntamente com a Comunidade, a Prefeitura, e as Entidades que expressaram seus anseios referentes ao saneamento. Esta fase é a minuta de consolidação do Plano, que se encerrará com a última audiência pública prevista para o dia 12 de agosto de 2024, sendo a última oportunidade de manifestações e considerações em relação ao que está sendo proposto de planejamento na área de saneamento do município. Esse é um contrato feito com um consórcio de empresas, o Nova Engevix MPB, com a Prefeitura de Joinville, tendo como órgão financiador o BID Banco Interamericano de Desenvolvimento. Elaborar um plano de saneamento é uma exigência de lei federal, 11.445 de 2007 e 14.026 de 2020, que tem como principais objetivos a universalização do atendimento do saneamento básico, definição de programas e de investimentos, e a viabilização de obtenção de recursos. Atualmente, para requisitar e alcançar um recurso federal para investir em saneamento, uma das prerrogativas é que o município tenha o seu plano aprovado. É importante lembrar que o saneamento é composto por quatro áreas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. Alguns dados mostram a interrelação que existe do saneamento básico com a saúde pública. A falta de saneamento é a principal causa de mortalidade infantil por diarreia e doenças parasitárias. No Brasil isso é responsável por 65% das internações hospitalares com crianças de menos de 10 anos. É um desafio muito grande reverter esse quadro; espera-se que o novo marco de saneamento básico alcance sua meta de prover 90% dos municípios com esgotamento sanitário e 99% com água potável, até o ano de 2033. Esse trabalho é composto por sete etapas, no total de 22 produtos que foram elaborados. Já foram entregues 21 produtos; e está sendo finalizando os últimos produtos e algumas revisões, para última etapa de consolidação do Plano. Ela é composta por dois produtos, o primeiro deles é a consolidação de uma minuta que junta todas as fases iniciais que já foram apresentadas e discutidas com a Prefeitura e com o grupo de trabalho. A última fase, que é o produto 22, é a consolidação final do Plano. Ela ocorrerá somente depois da audiência pública final. A própria legislação prescreve que a elaboração do plano tem que ser um processo participativo, ou seja, Empresa, Prefeitura, Comunidade onde todos podem e devem dar suas contribuições na elaboração desse documento. Para isso foram efetuadas diversas oficinas no município, que foram divididas em oito setores de mobilização. Foram feitas três rodadas de oficina em cada um desses setores. O plano é desenvolvido para um período de servimento de 20 anos. Uma das primeiras etapas quando se pensa em planejamento é a projeção populacional, que normalmente é avaliada com dados do IBGE referentes a Planos antigos de saneamento, Plano Diretor de Abastecimento de Água e Esgoto, e do Plano Diretor de Drenagem da Bacia do Rio Cachoeira. A partir desse estudo foi feito o comparativo dos estudos que já existiam aqui no município em relação à projeção populacional. No final adotou-se uma taxa de crescimento geométrico de 1,5% ao ano, período de 2010 a 2022. Antes do novo marco de saneamento o Plano principal deveria ser revisado a cada 4 anos, após o marco legal, esse período aumentou para cada 10 anos, então nesse período de 20 anos ocorrerá uma revisão em 2034 e uma no final de 2044. As revisões são necessárias porque indicam as alterações no período e isso pode alterar, ou se acontecer alguma coisa no município como um *boom* de crescimento que não é esperado, todas aquelas demandas que foram calculadas aqui, e os projetos não se concretizarem, pode-se antecipar essa revisão. Mas, no máximo, a cada 10 anos tem que ser efetuada uma revisão do plano de saneamento. A próxima etapa, então, é construir os cenários. Considera-se um cenário tendencial, que se chama de tendência, se nada for feito no saneamento, como estará o saneamento no município nos próximos 20 anos? Então monta-se uma matriz de um cenário tendencial. Partindo dessa matriz cria-se um cenário pessimista, uma piora dessa situação, e um cenário otimista que seria o cenário ideal, para atingir uma personalização do atendimento com eficiência e eficácia em todos os quatro setores. Partindo

desses 3 cenários montados, define-se um cenário de referência. É um cenário que normatiza o Plano, as metas, ações e programas que estão sendo propostos. Não necessariamente esse cenário normativo estará dentro da matriz que foi criada, às vezes ele está no meio de um cenário e outro. Tudo foi estudado para que se chegasse a um cenário factível de ser implementado. O abastecimento de água hoje tem dois sistemas principais: o Cubatão e o Pirai, o índice de atendimento urbano é de 98,94%, e 55,90% na área rural, resultando em 97,39% de atendimento total. Esse é o ponto de partida do Plano. O novo marco legal de saneamento legal fixa o sistema de abastecimento de água de 99%, é no município como um todo, área urbana e área rural. Os objetivos então do Sistema de Abastecimento de Águas, têm que estar de acordo com a Lei Federal 14.026, novo marco legal de saneamento e resolver as carências existentes hoje, que foram levantadas no diagnóstico, inclusive foram usados os dados da Companhia Águas de Joinville, que tem bastante informação sobre redes e bombas, que na fase inicial do projeto foi de extrema importância na resolução das carências e das metas imediatas: proteção dos mananciais de interesse, assegurar a qualidade da água distribuída dentro dos padrões de potabilidade e reduzir perdas. Existe 4 programas em relação às perdas: programa de ampliação, manutenção e modernização do sistema; controle dos mananciais; perdas de uso racional de água e o de monitoramento da qualidade dos padrões de potabilidade de água. O programa de ação, manutenção e modernização, conforme os índices de atendimento na área urbana e rural, prevê um crescimento principalmente na área rural, devido a densidade populacional ser menor, possa ser atendida por sistemas descentralizados. As principais ações desse programa serão as melhorias operacionais nas redes existentes, implantação do sistema Pirai Sul, que já tem um estudo e um projeto para ser implementado; estudo de disponibilidade hídrica para abastecimento na área rural; ampliação do volume de reservação e melhorias operacionais no sistema como um todo. No programa de controle dos mananciais a principal meta é preservar os mananciais quanto aos despejos de efluentes e quanto ao lançamento de resíduos sólidos, tendo como principais ações a implantação de um programa de proteção de mananciais, elaboração de campanhas e atividades relativas à proteção de mananciais na parte de educação ambiental também, criação de mecanismo institucional que incentive a preservação da mata ciliar, como por exemplo a ampliação do programa Águas para Sempre, que a Companhia já tem na bacia do Rio Cubatão, e ampliar para a bacia do Rio Pirai também. Aliado ao sistema de abastecimento de água haverá o sistema de manutenção do sistema de esgoto, no entanto as pessoas terão que ser mais racionais no uso da água, pois quanto mais água usada, maior será a taxa de esgoto. O último programa, que é o monitoramento da qualidade dos padrões de potabilidade de água, tem como meta principal o monitoramento permanente da qualidade da água bruta tratada fornecida à população, e como principais ações, realização do monitoramento da qualidade da água, dos padrões de potabilidade; realização do monitoramento dos principais cursos de água que servem ou possam vir a servir. Lembrando que será efetuado um estudo para atender a população rural, que pode ser enviado a esses mananciais, e intensificar a fiscalização nas áreas de influência desses mananciais, principalmente com relação ao uso e ocupação do solo. Com relação ao sistema de esgoto temos a CAJ como responsável, o índice de atendimento urbano de 43,6%, rural de 5,6%, resultando em atendimento total de 47% São três grandes estações: Jarivatuba, Espinheiros e Jardim Paraíso. Existem também 13 pequenas estações de tratamento de esgoto em Joinville. Se o empreendedor abrir um loteamento, ele terá que fazer um sistema de água e o sistema de tratamento de esgoto, e o projeto deve ser aprovado pela CAJ que vai ser a operadora do atendimento, conforme a lei federal de 14.026 de 2020, que aponta três principais programas: o primeiro é a implantação, ampliação, manutenção e modernização do sistema de esgoto; o segundo, um controle operacional dos sistemas individuais e um monitoramento; o terceiro monitoramento e controle do lançamento dos efeitos dos sistemas públicos de esgotamento de serviços. Primeiro programa é a implantação, ampliação, manutenção e modernização do sistema e tem como metas a ampliação dos índices de atendimento, tanto na área urbana como na área rural. Assim como aconteceu no sistema de abastecimento de água para a área rural, também é permitido sistemas individuais. Não é preciso ter estações de tratamento para atender toda a população da área rural, estima-se que um percentual dessa população na área rural seja atendido por um sistema básico. Algumas ações devem ser implementadas ao longo do ano para que a população tenha conhecimento de como construir, da manutenção, como vai ser, se vai ter uma cobrança por esses sistemas e o que vai ficar a cargo da companhia fazer a manutenção desses sistemas, porque a grande maioria da população não faz, às vezes só faz a limpeza da fossa quando transborda, isso acontece em quase 99% dos casos. Se faz necessário a implantação de rede coletora, elevatórias, linhas de recalque, ligações e acessórios para ampliar o rendimento. É essencial a elaboração de estudo de alternativa para atendimento da população rural para verificar, se um sistema menor possa atender individualmente ou se vai atender toda a área rural. O monitoramento e controle dos lançamentos de efluentes, é um sistema público de tratamento de esgoto. Fazer um monitoramento permanente do esgoto bruto tratado, assim como do corpo receptor, tem que ser

constante, até para verificar a eficiência desse tratamento, e como está se comportando o corpo receptor após o lançamento. Realizar a principal ação, o monitoramento efluente bruto tratado, receptor, e ampliar e intensificar a fiscalização nas áreas de influência dos mananciais, principalmente aqueles utilizados para abastecimento público, para que se veja a melhor forma de fazer essas fiscalizações. O Eng<sup>o</sup> Pablo conclui, e passa a palavra para o Eng<sup>o</sup> Rafael que fará a exposição da parte de resíduos sólidos e drenagem. Rafael agradece pela oportunidade, cumprimenta a todos e inicia sua fala mencionando o trabalho da SEINFRA, que faz a parte de operação e manutenção dos serviços. Rafael menciona que 70% das vias urbanas são cobertas por microdrenagem. Outra questão principal, ainda que seja embrionária, é importante destacar que o município já possui um cadastro de microdrenagem e macrodrenagem, com cerca de 10%, ressaltando que pouquíssimos municípios no Brasil têm algum cadastro da rede de drenagem. Esgoto e água é muito mais comum, mas a parte de drenagem ter um cadastro, é muito raro. Portanto, um ponto positivo para a SEINFRA que tem uma equipe exclusiva para elaborar e controlar esse cadastro. Referente às metas, foram criados três programas, o primeiro programa visa ampliar e adequar os sistemas de macro e micro drenagem, o segundo mais na parte de conservação, de consciência e preservação de recursos, cobrindo a parte de limpeza periódica de rios, que será tratado como um programa específico, e o terceiro, promover a manutenção preventiva e corretiva. O serviço de drenagem, é a parte mais complicada entre os quatro serviços: Primeiro pela questão geográfica de Joinville, chuvas, índice pluviométrico, e a questão de receita, porque é um serviço que ainda não tem receita; inclusive, existe uma ação que prevê um estudo da viabilidade de implementação dessa cobrança do serviço de manejo de drenagem e de águas pluviais. É um estudo complexo, porque hoje só 22 municípios no Brasil têm uma taxa ou uma cobrança desse serviço. Portanto, são três programas que seguem a mesma metodologia de água e esgotos; são três programas que foram criados, um para a industrialização do sistema de microdrenagem, outro para a reutilização dos corpos d'água e um ligado a obras especiais, com ações estruturais e não estruturais. O primeiro programa, que é a industrialização, é a questão da ampliação e proteção da macro e da microdrenagem, sendo ligado mais à micro, que cobre cerca de 70% das vias urbanas; a meta mínima é alcançar até o ano de 2044, 83%, e fazer também a manutenção dessa micro. Em relação ao programa de revitalização dos corpos d'água, intervir com ação de limpeza e obras de desassoreamento, com estudo e ações pontuais, onde precisa fazer, quanto e onde vai gastar, para cada sub período de planejamento. E a meta é fazer a intermediação de acordo com os riscos, de 80%, 85%, 90%, até o período de longo prazo, e obviamente, a realização dessas obras. E, por fim, a parte de execução de obras, com intervenções corretivas; com o acompanhamento da Defesa Civil e levantamento do CPRM 2018 foram identificados os principais pontos de áreas de risco, originando um mapeamento a ser incorporado no plano de revisão. É importante falar das questões dos PDDs, Planos Diretores de Drenagens que estão sendo feitas, como a revisão da Bacia do Rio Cachoeira e das demais Bacias Hidrográficas do Município de Joinville, que já estão em processo de licitação. À medida que os PDDs forem elaborados e ficarem prontos, serão incorporados ao conteúdo da próxima revisão do Plano, que não pode passar de 10 anos. Rafael aborda a parte final da apresentação do Plano, que é a parte sobre resíduos sólidos. Nessa parte do Plano, além do cumprimento das Leis Federais 11.445/2007 e 14.026/2020, também é mandatório o cumprimento da Lei 12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos, voltada à implantação de campanhas permanentes de educação ambiental que promovam a não geração, redução, a reciclagem de resíduos sólidos e a qualidade dos serviços de coleta de resíduos sólidos, limpeza urbana e o desvio da fração de orgânicos de forma gradativa do aterro sanitário para as estações adequadas de tratamento. Atualmente em Joinville esse serviço é efetuado através de concessão pela Empresa Ambiental, sob a gestão e fiscalização da SEINFRA, Secretaria de Infraestrutura Urbana. Conforme o último levantamento em 2022, da parte de quantitativa, a média de per capita de geração por pessoa apontada foi de 0,74 kg de habitante dia, ou seja, cada habitante gera 740 gramas por dia de resíduos e hoje 100% da população é atendida com as coletas convencional e seletiva de recicláveis, sendo que a fração do resíduo orgânico será incluído dentro do planejamento. Portanto o objetivo é atender a Lei Federal 12.305, que é a política nacional de resíduos sólidos, a questão das campanhas de educação ambiental, que são de fundamental importância para o sucesso da questão das coletas, senão perde-se a excelência da qualidade do serviço; quando se fala em excelência da qualidade, não é só ampliar o serviço, mas a prestação do serviço com qualidade. O desvio da fração de orgânicos de forma gradativa do aterro sanitário, que é onde se pretende iniciar nos próximos anos, será desviado como parte de compostagem, com capacitação do pessoal da área rural para fazer as compostagens nas próprias residências. Já existe um projeto piloto de Compostagem no aterro, que já está funcionando desde o ano passado, 2023. Referente aos 3 programas relacionados a resíduos urbanos, domiciliados e os outros cinco de outros tipos de resíduos, como saúde, construção civil, industrial, especiais, que inclui os volumosos e dois que são reversa e resíduos de serviço de

funcionamento. O principal desse primeiro programa em relação aos resíduos urbanos, é o atendimento do desvio do orgânico do aterro sanitário, visando fazer a capacitação na área rural para fazer as composteiras das residências e pátios de compostagem. Não vai ter a coleta de orgânicos, e sim pátios descentralizados no município, onde de forma voluntária o cidadão vai pegar e levar esses resíduos para os pátios de compostagem. Com relação a limpeza urbana, que envolve varrição, capina, poda e roçado, existem algumas metas para atender as carências e deficiências, questão de revisão de equipamentos, de planos de execução que também serão feitas de início. E de principal também, à medida que os passos de compostagem estejam em funcionamento, encaminhar os resíduos de poda, capina e roçado também para essa parte desses pátios de compostagem, até porque servem como combustível, sendo resíduos verdes, acabam impulsionando bastante a parte da compostagem. O último programa que diz respeito à disposição final e recuperação de áreas degradadas, que é a questão do aterro sanitário que existe hoje, que tem vida útil hoje, mas que possivelmente não terá em 2035. Existe também a questão de uma usina de recuperação energética que vai entrar em recuperação, mas não tem data definida ainda. A Conselheira Marcele menciona que os condicionamentos dessa recuperação vão começar agora, mas com previsão para iniciar a operação toda em janeiro 2025. Rafael informa que essa operação irá desviar aproximadamente 25% do que chega da coleta condicional para essa usina de recuperação energética. Quanto a parte de outros resíduos como os provenientes da área de saúde, atualmente o município já faz de forma adequada; que são os do tipo A, B, C, D, E, oriundos dos estabelecimentos públicos municipais, que são resíduos biológicos e químicos que precisam ser encaminhados para tratamento, necessitando porém de melhorias das adequações de instalações de unidades de saúde para poder melhorar a gestão e o manejo desses resíduos. A parte dos resíduos de serviços públicos de saneamento básico, como o lodo de ETE e ETA, precisa ser feito o planejamento e gerenciamento dessas estações, inclusive já houve contato com a CASAM a respeito desse tema. A fiscalização das empresas que atuam nessa questão de limpeza de fosséis, precisa acontecer de forma mais regular, porque é um problema do município. Questão dos resíduos de construção civil que são gerados pelo poder público municipal, durante as suas obras devem ter um encaminhamento e reutilização corretos. Resíduos de construção civil é uma questão complicada, porque muita gente acha que a responsabilidade é da Prefeitura ou do Poder Público, há um desconhecimento da legislação. Resíduos industriais também, existe algumas ações em relação à questão de manutenção de um cadastro das empresas que atuam na parte desse gerenciamento e fiscalização dos planos de gerenciamento das indústrias; todas são obrigadas a ter esse plano, portanto é necessária a implementação e fiscalização do cumprimento desses planos, com percentuais a serem seguidos, porque existe muita indústria em Joinville, portanto, tem que haver uma preocupação com os resíduos gerados nesses empreendimentos. E por fim, abordamos os resíduos especiais, que envolvem logística reversa, volumosos, pilhas, baterias, eletroeletrônicos e outros. É importante ressaltar a realização de forma anual do serviço de coleta e transporte de resíduos volumosos, que já existe por agendamento, mas poderia também ser efetuado de forma prévia facilitando para a população saber a data e o local onde vai passar. Finalizando, Rafael informa que esse Plano foi elaborado com base estimada em 500 ações com investimento total nos próximos 20 anos na faixa de 8 bilhões de Reais, mas que não está totalmente finalizado. Rafael lembra que a última audiência pública, quando ocorrerá o encerramento da revisão deste Plano de Saneamento Básico, está marcado para o dia 12 de agosto de 2024 no Hotel Bourbon, em Joinville. O Presidente Fábio Jovita agradece a exposição feita e questiona ao Plenário se alguém tem questionamentos a respeito da apresentação do Plano, no que a Conselheira Luisa Jordan, do OSB questiona como ficará a situação dos bueiros no Plano, pois as pessoas usam esse sistema como coletor de resíduos. O Engº Pablo responde que o sistema de esgoto está incluído no setor de esgotamento sanitário, que é o lançamento do esgoto na rede de drenagem; inclui também o lançamento dos resíduos, como óleo, que contaminam o meio ambiente; existem ações de fiscalização e educação ambiental, principalmente nas áreas sem pavimentação, que orientam a população a fazer a ligação de esgoto de forma correta. O Presidente Jovita menciona que com o avanço da pavimentação a tendência é diminuir o entupimento das redes de esgoto e drenagens, em função de um serviço de limpeza das calhas duas vezes ao ano, diminuindo assim o nível de assoreamento. Pablo menciona que esse é um problema cultural no Brasil, e que esse Plano de revisão recomenda que a educação ambiental dever ser constante nas escolas, para permitir que as crianças atuais tenham uma consciência equilibrada em relação ao meio ambiente dentro de 20 anos. Não havendo mais questionamentos, contribuições ou manifestações o Presidente Fábio Jovita encerra esta Pauta agradecendo a todos os presentes. **Pauta 3) Sugestão de Pauta e Palavra Livre: Câmara Técnica Especial - Áreas de Interesse Especial para Proteção de Mananciais** - O Presidente Fábio Jovita convoca o Engº Josimar Newmann, da SAMA para fazer a apresentação dos resultados do trabalho da Câmara Técnica Conjunta - Áreas de Interesse Especial para Proteção de Mananciais. Josimar inicia seu pronunciamento mencionando que essa Câmara Técnica Conjunta foi criada no início do ano, considerando o

acidente que aconteceu com o ácido sulfônico na Serra Dona Francisca, o qual acabou interrompendo o serviço de fornecimento de água no município e com vários outros danos ambientais. Foi uma Câmara Técnica constituída por três conselhos: o COMDEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente, o CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, e o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, e também por membros e entidades de todos os Conselhos e outros convidados, como: o IMA Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Defesa Civil do Município de Joinville, UNIVILLE, UDESC, CHBB, GRM Grupo em Resgate em Montanhas, ACIJ, ACEF e o CREA. Outros convidados também participaram como o Corpo de Bombeiros Voluntários e a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. A Câmara Técnica Conjunta desenvolveu esse trabalho para definir diretrizes a fim de reduzir os impactos ambientais relacionados a acidentes com transporte de cargas perigosas ou com potencial degradação ambiental. Foi um trabalho efetuado ao longo de nove reuniões de discussões que iniciou no dia 07/03/2024 e finalizou no dia 23/05/2024. Nesse período foi verificado que existem diversas legislações sobre o tema, como as resoluções da ANTT, do Mercosul, Decreto Federal que regula a atividade de transporte de produtos perigosos, normas técnicas da ABNT relacionadas tanto ao acondicionamento dos produtos dentro do transporte, como também normas técnicas relacionadas à remediação, ao próprio atendimento às emergências, instruções normativas do IBAMA, a Política Nacional de Meio Ambiente, a própria Lei de Crimes Ambientais, resolução CONAMA, que institui as normas norteadoras para a obtenção do licenciamento ambiental da atividade. Além desses instrumentos existe uma NBR que trata sobre o atendimento a emergências e um Decreto Estadual que institui uma comissão estadual de prevenção e resposta rápida a emergências ambientais. Dessa forma foi traçado um mapa da área de abrangência que delimita a área de manancial do município, tanto na parte da Serra Dona Francisca, que é a área de manancial do Cubatão, assim como em outra parte da estrada, que abrange a área de manancial do Pirai. Dependendo do ponto do acidente, um pode comprometer o outro ponto de estação de tratamento. De acordo com informações do IMA, a competência para fiscalizar esse tipo de atividade é da ANTT, e já existem algumas tratativas para passar essa atribuição da fiscalização para as Polícias Rodoviárias, no caso da Serra dona Francisca, para a Polícia Rodoviária Estadual, que é a área de sua abrangência. Existe no município de Joinville um grupo de respostas às emergências ambientais, que é composto pela Secretaria do Meio Ambiente, pela Companhia Águas de Joinville, pelo Corpo de Bombeiros Voluntários, assim como outras instituições, e a própria Defesa Civil do Estado e a Defesa Civil Municipal. A resposta acontece de maneira muito efetiva e muito rápida, e o modo de comunicação é através de um grupo de WhatsApp, quando na ocorrência de algum acidente, o grupo aciona os participantes, que faz a avaliação da sua atribuição em mitigar as causas do acidente. No entanto esse grupo não está instituído legalmente. Foi constatado que existe uma condição bastante precária na Rodovia SC 418, que é o trecho que passa pelo município de Joinville, com a falta de muitos instrumentos de sinalização, de drenagem adequada e áreas de escape em caso de pane de freios de caminhões. É necessário oficial os órgãos competentes pela gestão da Rodovia, solicitando as medidas para minimizar esses acidentes. A legislação existe, o que falta, na verdade, é uma melhoria nas condições de trafegabilidade da serra. Em razão dos fatos citados, se faz necessário a emissão de uma Carta com Recomendações e Sugestões a ser enviada para diversos órgãos, para que cada um dentro da sua área de atuação promova as ações que são de sua competência, observando-se prioritariamente ações de intervenção estruturais e não estruturais. Nas ações prioritárias, é relevante uma avaliação e mapeamento das áreas de maior suscetibilidade a acidentes ambientais, um estudo de tráfego da via para fins de proteção da área de manancial, implantação de áreas de escape em pontos de maior índice de acidentes, melhorias no sistema de sinalização, iluminação, segurança viária, trafegabilidade, melhoria no sistema de comunicação, objetivando de forma conjunta a prevenção e a maior eficiência nas respostas aos eventuais acidentes ambientais. Portanto, foi levantada também, entre as questões, a questão da comunicação, que naquele mencionado trecho da serra, existe uma área de interferência que dificulta o funcionamento de qualquer operadora de celular. Referente às intervenções estruturais e não estruturais, esse conteúdo inclui investimentos em obras de manutenção e melhoria da via, especialmente no que tange a dispositivo de controle e contenção do sistema de drenagem pluvial, ações de educação ambiental e outras medidas, bem como a definição de recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos para a implementação e por fim, as diretrizes para estabelecimento de programas e projetos acerca do controle de tráfego das cargas com produtos perigosos que foi definido e sugerido pela Câmara Técnica, definição de horários de tráfego na SC, de veículos que transportam produtos perigosos com o objetivo de reduzir o risco de acidentes ambientais, melhoria no cenário de comunicação de acidentes, iluminação da via, ações de fiscalização orientativa e preventiva, periódica ou provocadas, e avaliar a possibilidade de implantar serviços como o sistema de comunicação com os usuários,

por exemplo, painel de mensagens variável, sistema de controle de velocidade, cobertura de telefonia ou internet móvel e adoção de um cadastro prévio junto ao órgão ambiental municipal dos veículos que transportam produtos ou resíduos perigosos com potencial contaminante, que utilizarão o trecho como rota de transporte objetivando garantir a regularidade da atividade de transporte e ser um banco de dados para o monitoramento ambiental dessa área. A partir dessa Carta de Recomendações, a proposta é que seja feito o encaminhamento aos órgãos competentes, que seriam o Governo do Estado, por meio da Defesa Civil, da Secretaria de Infraestrutura e do Instituto do Meio Ambiente, no âmbito do município para a Defesa Civil e para a SAMA, para encaminhamento das diretrizes apontadas para conseguir promover essas melhorias na Rodovia. Ao final da apresentação da Carta de Recomendações pelo Engº Josimar, o Presidente Fábio Jovita questiona ao Plenário se alguém tem dúvidas ou sugestões, no que o Conselheiro César Meyer, da CAJ, sugere medidas de contenção de produtos nas zonas de escape, pois pode ocorrer algum tipo de vazamento quando o caminhão estiver usando a zona de escape. O Presidente Jovita respondeu que esta sugestão poderá ser apresentada no Plano, porque ainda falta a aprovação do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca e obviamente sugestões de melhoria devem ser ainda acrescentadas ao Plano, conforme orientações dos Conselheiros e Entidades convidadas que participam da elaboração das diretrizes, que vão compor a Carta de Proposição, que será enviada para todos os órgãos envolvidos e solicitaremos informações referentes as medidas que estão sendo tomadas por esses órgão competentes da esfera Federal, Estadual e Municipal. O Presidente Jovita, exemplificando, cita que um Edital foi lançado para a contratação de áreas de escape na Serra Dona Francisca, portanto esse tema deverá constar na Carta de Proposição, lembrando que a Carta não obriga nenhum órgão a fazer ações, somente sugere melhorias, apontando os problemas existentes e possíveis soluções. O Conselheiro Daniel Kandler, do CREA questiona se a Carta de Proposição já pode ser enviada para os órgãos. O Presidente Jovita responde que ainda falta a apresentação e aprovação do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, mas que a carta pode ser apresentada no CREA para sugestões e poderá ocorrer convite para outro representante do CREA possa fazer parte do Conselho Gestor da APA. Na sequência o Presidente Jovita coloca a Carta de Proposição para votação no CMSB, sendo aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. O Presidente Jovita agradece a todos Conselheiros e entidades que participaram na elaboração desse trabalho, lembrando que é um trabalho voluntário para discutir soluções técnicas e políticas públicas para a região. Sem mais manifestações, o Presidente dos Conselhos, Fábio João Jovita declara encerrada a reunião às 15h17, sendo extraída a presente Ata, a qual foi lavrada pela Secretaria do Conselho e assinada pelo Presidente do CMSB, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

**Fábio João Jovita**

Presidente

CMSB - Conselho Municipal de Saneamento Básico

**Luiz Carlos da Silva Seixas**

**José Augusto de Souza Neto**

SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

\*\*A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 20/08/2024, às 17:35, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0022221901** e o código CRC **E8217355**.

